



Fundado em 1875
Julio Mesquita (1891-1927)
Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
Francisco Mesquita (1927-1969)
Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)
José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988)
Julio de Mesquita Neto (1969-1996)
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)
Américo de Campos (1875-1884)
Nestor Rangel Pestana (1927-1933)
Plínio Barreto (1927-1958)

Conselho de Administração
Presidente
Aurélio de Almeida Prado Cidade

Membros
Fernão Lara Mesquita
Francisco Mesquita Neto
Júlio César Mesquita
Patrícia Maria Mesquita
Roberto C. Mesquita

Opinião
Diretor de Opinião: Ruy Mesquita
Editor Responsável: Antonio Carlos Pereira

Informação
Diretor de Conteúdo: Ricardo Gandour
Editor-Chefe Responsável: Roberto Gazzi

Administração e Negócios
Diretor Presidente: Sílvio Genesini
Diretor de Operações: Rubens Prata Jr.
Diretor Financeiro: Ricardo do Valle Dellape
Diretora Jurídica: Mariana Uemura Sampaio

NOTAS & INFORMAÇÕES

O decreto da incompetência

Acuado pela ampla reação contrária ao Programa Nacional dos Direitos Humanos – criticado até por ministros –, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu recuar para evitar custos políticos maiores, mas procurou poupar a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, sua candidata à Presidência da República. Ela é, no entanto, pelo menos tão responsável quanto o secretário de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, pelo embaraço causado ao presidente. De certo modo, sua responsabilidade é maior, porque cabe à Casa Civil a avaliação final de qualquer projeto encaminhado ao chefe do governo. Segundo informação daquela Pasta, só os aspectos legais do programa foram analisados. Isso equivale à confissão de uma falha. É função do gabinete civil não só a “verificação prévia da constitucionalidade e da legalidade dos atos presidenciais”, mas também a “análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas, inclusive das matérias em tramitação no Congresso Nacional, com as diretrizes governamentais”. Não é preciso pesquisar a legislação para descobrir esses dados. Tudo isso está nas páginas

da Casa Civil, facilmente acessíveis pelo site do Palácio do Planalto.

Não tem sentido, em termos administrativos, lançar sobre o secretário Paulo Vannuchi toda a responsabilidade pela desastrosa publicação do decreto sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos. O secretário fez um péssimo trabalho em todos os sentidos – muito ruim como projeto para o País e politicamente custoso para o governo –, mas o texto foi submetido a uma instância intermediária, antes de chegar ao chefe de governo. O presidente alegou ter assinado sem ler. Não explicou se o fez por aversão à leitura, mas, de toda forma, deve ter confiado no trabalho de seus auxiliares. Se confiou, errou.

Com esse escorregão, a ministra Dilma Rousseff demonstrou de forma irrefutável seu despreparo para mais um cargo federal. Já havia mostrado sua inépcia ao chefiar o Ministério de Minas e Energia, onde sua gestão foi abaixo de inexpressiva. Chamada para a Casa Civil, foi desde o início poupada, pelo presidente, de toda a responsabilidade pela articulação política. Foi-lhe atribuída a gerência

dos investimentos federais e, em 2007, o presidente Lula entregou-lhe a coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Mais que isso, ele a nomeou “mãe do PAC”. Mais uma vez a ministra demonstrou sua inépcia gerencial, desmentindo novamente sua injustificável fama de executiva.

No ano passado – o de melhor desempenho na execução das obras – o Tesouro desembolsou apenas 65% do valor previsto no orçamento para o programa. Além disso, pouco mais de metade do total desembolsado correspondeu a restos a pagar. Mas o presidente Lula ainda não está saciado. Persistente, decidiu proporcionar à ministra Dilma Rousseff a oportunidade invejável de exibir sua inépcia no posto mais alto da administração nacional, a Presidência da República.

Se Lula tiver sucesso, terá contribuído de forma notável para a revisão do *Peter Principle*, divulgado em 1969 pelo professor Lawrence Johnston Peter: “Numa hierarquia, todo funcionário tende a subir até seu nível de incompetência.” Na formulação revista, ampliada e já comprovada em parte, a ascensão pode



continuar por níveis de incompetência cada vez mais altos e mais perigosos para a organização – ou, neste caso, para o País.

Não se sabe se Lula conseguirá transferir para sua candidatura prestígio suficiente para permitir sua eleição. Neste momento, ele está empenhado em transferir-lhe um de seus atributos mais invejáveis, semelhante à propriedade principal das panelas *teflon*. Graças a essa propriedade, nenhum escândalo grudou em sua figura e nenhum erro importante maculou sua imagem, pelo menos perante uma grande parcela dos cidadãos. Ao isentar a chefe da Casa Civil de responsabilidade pelo desastroso decreto, Lula procura transformá-la numa candidata igualmente imune a prejuízos de imagem. Na terça-feira, por exemplo, ele a conduziu ao primeiro grande evento eleitoral de 2010, em Brasília, perante uma plateia de prefeitos, governadores e parlamentares. A cerimônia teve até beija-mão, protagonizado pelo presidente do Congresso, senador José Sarney. Foram liberados na ocasião R\$ 3 bilhões para prefeituras, destinados ao programa de habitação popular. Um grande investimento, sem dúvida – pelo menos na candidatura oficial.

O álcool na gasolina

Antes da crise internacional, era grande a expectativa dos empresários e investidores de que o Brasil viesse a se tornar um grande exportador do etanol de cana, que se transformaria logo em uma *commodity*, com cotações internacionais. Havia justificativa para isso: em 2008, as exportações de álcool etílico foram recordes, tendo alcançado 4,72 bilhões de litros, carregando divisas no total de US\$ 2,2 bilhões.

Hoje tudo parece ter mudado de figura. O álcool está escasso e caro. Projetos de investimento foram suspensos; as cotações do açúcar tiveram uma alta espetacular no mercado internacional, causada pela quebra sensível da produção de cana na Índia, o que tornou sua produção mais lucrativa que a de álcool; o consumo interno de etanol disparou com a arrancada das vendas de carros flex; e, para completar, a colheita no Brasil foi muito prejudicada pelas chuvas. Segundo a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), a produção de álcool na safra 2009/2010 caiu 7,69%.

Resultado: o País não tem álcool suficiente nem para atender às necessidades do mercado interno. Para contornar a situação, o governo acaba de autorizar a redução da taxa de adição de álcool anidro à gasolina de 25% para 20%, retomando uma prática já muito bem conhecida do consumidor brasileiro. A medida começa a valer a partir de 1º de fevereiro, pelo prazo de 90 dias. Prevê-se economizar 100 milhões de litros de etanol por mês. Espera-se que os preços do álcool hi-

dratado, que vinham em alta, se estabilizem em torno de R\$ 1,80 o litro. O preço do litro da gasolina, hoje em R\$ 2,60, certamente vai subir, pois aumentará a proporção do derivado de petróleo, que paga uma alíquota mais elevada (24%) de ICM do que o álcool (12%). Para ser restabelecido o equilíbrio entre os dois combustíveis, o litro de álcool deve custar 70% do de gasolina.

Com a enorme frota de veículos do País, não podem ser ignorados os efeitos ambientais da decisão, como o aumento das emissões de poluentes. Tudo seria mais tolerável se

Risco do etanol se tornar produto de consumo apenas sazonal

fosse apenas uma contingência, mas, na verdade, o problema é tão repetitivo quanto as enchentes. Teria o brasileiro de se conformar com ser um consumidor sazonal de etanol?

Os riscos são bem claros. Passada a fase do Proálcool nas décadas de 1970 e 80, os carros a álcool foram perdendo mercado, passando nos anos 90 a responder por uma ínfima proporção da produção nacional de veículos. O álcool só voltou a ganhar credibilidade junto ao consumidor com a produção em massa, a partir de 2003, de carros flex. Atualmente, quase todos os automóveis nacionais são flex.

Se o consumidor brasileiro deixar de acreditar no álcool combustível, o que acontecerá quando os preços do açúcar baixarem, como ciclicamente

ocorre? É preciso, portanto, que os usineiros se articulem para oferecer os dois produtos em volumes adequados. Calcula-se que existam hoje no Brasil mais de 400 usinas de álcool, de todos os portes. As menores e menos capitalizadas são levadas a vender o álcool a preços irrisórios nos nove meses de produção, simplesmente para atender às suas necessidades prementes de capital de giro. O problema central é que os custos financeiros para estocagem (warrantagem) de álcool são muito elevados e poderiam ser reduzidos.

Tão importante quanto evitar que o álcool combustível deixe de atrair o consumidor brasileiro é ampliar as exportações, que caíram para US\$ 1,27 bilhão até novembro do ano passado, de acordo com os últimos números divulgados. Mercado no exterior existe e ele é crescente. O setor sucroalcooleiro no Brasil vem passando por uma consolidação com a entrada de multinacionais, focadas em produtividade, e seu objetivo maior é o mercado externo de etanol. Um número cada vez maior de países vem estabelecendo percentuais para a mistura de etanol à gasolina – até mesmo a China já o fez, em algumas províncias – como forma de proteção ambiental. Não precisamos de um novo Proálcool, que consumiu milhões em financiamentos e subsídios. O que é necessário é uma política com objetivos definidos, capaz de conferir uma previsibilidade razoável a esse setor.

Farsa grotesca

Por mais que os brasileiros não se surpreendam mais com cenas de explícita desfaçatez protagonizadas por políticos e gestores da coisa pública, já que estas se repetem à exaustão, sempre é possível sentir-se um novo espanto quando a sem-vergonhice pública ultrapassa todas as medidas. Este é, precisamente, o caso da conexão espúria entre o Executivo e o Legislativo do Distrito Federal. No bojo de um dos escândalos mais espalhafatosos já vistos pelo País – amplamente exibido nos telejornais, com dinheiro vivo recebido por um governador de Estado, ou colocado nas meias de um presidente de Casa Legislativa, ou na cueca de outros comparsas, afora as rezas piedosas exibidas pela quadrilha, em agradecimento aos céus pela propina recebida – montou-se uma farsa grotesca para a “apuração” da maracutaia.

E as pessoas já não podem manifestar seu repúdio aos abusos. Como se viu na segunda-feira, a polícia, chamada pelo deputado Leonardo Prudente (ex-DEM) – o mesmo flagrado enquanto enchia os bolsos e as meias de dinheiro –, dissolve com inusitada truculência qualquer tentativa de manifestação, exceto, é claro, as da claque reunida e transportada em ônibus fretados pelos partidários do governador José Roberto Arruda.

Se havia 400 pessoas protestando contra a indecência vertiginosa, mostrada pelas cenas do “mensalão do DEM”, Arruda colocou para enfrentá-las uma tropa de 600 barulhentos “defensores”, fechan-

do depois as portas da Câmara Distrital.

Lá dentro, jogando com cartas escancaradamente marcadas, a base aliada do governo Arruda conseguiu impor sua maioria às comissões que, hipoteticamente, deverão investigar o propinoduto do Planalto Central. Para a presidência da CPI da Corrupção (também chamada CPI da Propina), foi eleito o deputado distrital Alirio Neto (PPS), ex-secretário do governo Arruda e braço direito do governador na Casa. Para relator foi escolhido Raimundo Ribeiro (PS-DB), outro ex-secretário de

Brasília é palco novamente de chocantes cenas de impunidade

Arruda. Nessa comissão há um único opositor, o deputado distrital Paulo Tadeu (PT). A presidência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que deverá examinar os pedidos de impeachment do governador, ficou com outro aliado de Arruda, o deputado distrital Geraldo Naves (DEM). A Comissão Especial, criada para analisar os processos de impedimento movidos contra o governador, não se reuniu.

É que os aliados de Arruda pretendem adotar a estratégia de fazer com que os pedidos de afastamento “morram” na própria CCJ. Como a CPI da Propina tem duração prevista de seis meses, ficou acertado que os pedidos de impeachment só serão considerados após esse prazo. Sendo as-

sim, praticamente se garante que o governador José Roberto Arruda terminará tranquilamente seu mandato, sem precisar se defender em processo de impedimento.

O “mensalão do DEM” parece, de fato, inaugurar nova fase na história das bandalheiras, na medida em que o desprezo pela opinião pública, a falta de disfarces, a certeza da impunidade e o uso de quaisquer meios para resistir a cobranças populares, no que concerne à ética na política, revelam políticos que se creem imunes a qualquer tipo de sanção. Em outras palavras, aqueles políticos estão pouco se lixando para a opinião pública e não temem a Justiça.

E é assim que começamos este ano eleitoral. É bem verdade que essa “garantia” de impunidade, que sentem os políticos brasileiros, não foi criada por José Roberto Arruda – vem de outros mensalões. É verdade que o Ministério Público tentou – e ainda não conseguiu, por insuficiência na apresentação de documentação – que a Justiça impedisse que deputados distritais suspeitos de cumplicidade com o governador participem do julgamento de seu impeachment.

Também é verdade que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já autorizou a quebra de sigilo fiscal e bancário de Arruda e outros 15 envolvidos pela Operação Caixa de Pandora, deflagrada pela Polícia Federal em 27 de novembro. Mas, lembrando dos escândalos recentes ocorridos no Congresso Nacional – ali bem perto da Câmara Distrital –, só resta torcer para que, como dizem os psicólogos, a esperança vença a experiência.

ATENÇÃO: As cartas devem ser enviadas com assinatura, identificação, endereço e telefone do remetente e poderão ser resumidas. O Estado se reserva o direito de selecioná-las para publicação. Correspondência sem identificação completa será desconsiderada.



estadao.com.br

Leia mais cartas
http://www.estadao.com.br/opiniao/opi_forumleitores.0.htm

Democracia?

O professor José Paulo Martins Júnior, em carta publicada ontem, diz não entender por que se comentam tanto os crimes do MST e não se faz o mesmo com os crimes dos grileiros. Minha ideia não é justificar um crime com outro, mas há tantas diferenças entre os dois casos que chega a ser até ingênua uma explicação. Senão, vejamos: grileiros invadem áreas abandonadas; normalmente se fixam na área invadida; não destroem tratores e equipamentos, até porque não há o que destruir; a área invadida acaba tendo uma função social; não invadem prédios públicos; não matam gado; não destroem plantações; não incendeiam instalações; não invadem por revanchismo político-ideológico; não são sustentados

pelos impostos que pagamos; e, por fim, não são inimputáveis – existem juridicamente e podem ser processados. Quanto à outra parte de sua carta, em que alega que os militantes da esquerda já foram julgados, condenados e depois anistiados e os militares foram só anistiados, há que esclarecer, primeiro, qual era o objetivo de fato da esquerda. Sem isso qualquer julgamento é mero dilettantismo político. Dizer que lutavam pela democracia é querer fazer uma enorme parcela da Nação de idiota.

HERMINIO SILVA JÚNIOR
hsilvajr@terra.com.br
São Paulo

● O leitor sr. José Paulo Martins Junior afirma, com relação a militantes da esquerda: “*Todos os mi-*

“ O que é pior: não ler para evitar azia ou assinar sem ler?”

Peter Cazale
pcazale@uol.com.br
São Paulo

litantes da esquerda foram presos e/ou assassinados e/ou exilados. A grande maioria foi processada, julgada, condenada e só depois anistiada.” E a pequena minoria onde se encontra? Mais adiante, o leitor, que se apresenta como cientista político, professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, informa-nos que ficará “*muito feliz no dia em que metade da tinta gasta pela mídia impressa para condenar os crimes do MST*

seja utilizada para condenar os crimes de grilagem cometidos pelo País agora”. Então ele reconhece que o MST comete crimes? AFFONSO A. CARNEIRO CARDOSO
affonsocardoso@uol.com.br
São Paulo

Inversão da ordem

Que tal nesta ordem: realização do “tribunal popular” e do “julgamento jurídico-legal” antes de invadir a terra?

DIARONE PASCHOARELLI DIAS
diarone@estadao.com.br
Itu

Ditadura do eleitor!

Para que não se perca a essência dos devaneios ditatoriais dos ideólogos do PT, magistralmente anali-

sados no artigo do professor Ricardo Vélez Rodríguez (13/1, A2), que tal deixarmos o Legislativo e o Judiciário quietos e partirmos direto para os verdadeiros tribunais do povo, onde a vendeta se praticaria pela ditadura do eleitor? Pessoas “comuns” votariam sempre em dois nomes: naquele que se deseja dentro do Congresso e naquele que se deseja fora (que lhes pareça desonesto, mesmo sem provas). Seria uma espécie de CPI político-popular, comandada pelo povo e sem nenhuma quebra da espinha dorsal da democracia! Isso, sim, seria a prática da soberania popular ou da “democracia participativa”, como prefere dizer o sr. Paulo Vannuchi.

NILSON OTÁVIO DE OLIVEIRA
noo@uol.com.br
São Paulo

Fora do tempo

Emblemática a atual guerrilha, na mídia, entre defensores e adversários do Programa Nacional de Direitos Humanos. Após duas décadas e meia da democratização, feridas dos anos de chumbo ainda estão abertas. Urge que as mais lúcidas e democráticas lideranças nacionais se unam para dar solução a esse surto de histeria entre os remanescentes dos dois lados da luta ideológica daquele tempo. Afinal, o momento de prosperidade macroeconômico que vivemos pós-crise sistêmica do neoliberalismo globalizado não pode nem deve ser interrompido por tais desavenças, hoje sem sentido para a maioria de nossa gente.

JOSÉ DE ANCHIETA NOBRE DE ALMEIDA
josedalmeida@globo.com
Rio de Janeiro